



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º: 32.101/2016-e
Órgão: Câmara Legislativa do Distrito Federal-CLDF
Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo o PGA-TCDF/2016. Verificação da regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões realizadas pela CLDF, apreciados à luz do item I da Decisão n.º 77/2007 e, ainda, do efetivo cumprimento pela jurisdição das determinações de correções posteriores exaradas por ocasião da apreciação dos atos de aposentadoria e pensão. Identificação de irregularidades graves. Relatório prévio de auditoria. Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF sugere providências saneadoras. Audiência. Voto pelo encaminhamento prévio do Relatório de Auditoria à CLDF.

RELATÓRIO

Consistem os autos em Auditoria de Regularidade realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de verificar a regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões realizadas pela CLDF, conforme os termos descritos na ementa.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, no exame que lhe incumbe, após apresentar as considerações constantes do Relatório de Auditoria n.º 8/2016 (e-doc 4673BA6B-e – peça 34), apresenta as seguintes proposições ao Plenário:

- I. tomar conhecimento do presente Relatório de Auditoria e dos documentos juntados aos autos;*
- II. considerar cumpridas as providências requeridas nas Decisões indicadas no Quadro I do presente Relatório, bem como relevar os erros materiais indicados no Quadro II, dando por regulares os registros ali identificados; (vide itens 2.1 e 2.2)*
- III. determinar à CLDF que:*
 - a. adote, no prazo de 90 dias, providências no sentido de revisar os apontamentos objetos dos Quadros III, procedendo, conforme o caso, a regularização pertinente, observando o direito de defesa dos interessados, dando conhecimento à Corte de Contas dos resultados alcançados; (vide Item 2.2.1.1)*
 - b. adote ainda, no prazo indicado no item anterior, providências junto aos servidores inativos, pensionista/beneficiário e servidores exonerados que tenham recebido valores resultantes da conversão em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade sem observância, na fixação da remuneração-base, do teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da CF, no sentido de se ressarcir da diferença paga a maior, observado o direito de defesa, nos moldes preconizados no item VII da Decisão TCDF nº*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

3520/2015, sem prejuízo de futura conversão dos autos em TCE com vista a eventual imputação solidária dos débitos remanescentes aos servidores indicados no § 69 deste Relatório; (vide item 2.3.1.1)

c. com fulcro no art. 45 da LOTCDF, promova as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, mediante declaração de nulidade dos benefícios concedidos com base nos arts. 16 e 3º, respectivamente das Resoluções 229/2007 e 245/2010, em face da inobservância da reserva legal preconizada nos arts. 10, parágrafo único, da Lei 8.112/1990, aplicável ao DF por força da Lei 197/1991, e 37, X, da CF, bem ainda, em razão da vedação prevista no art. 22, I, da LRF, aplicável em face do art. 23 da mesma norma, tendo em vista a extrapolação pela Câmara, nos quadrimestres anteriores à expedição das citadas Resoluções, do limite total da despesa com pessoal preconizado no art. 20 da mesma norma fiscal, fato confirmado por esta Corte de Contas, consoante Decisões nºs 6281/2007 e 4457/2010; (vide item 2.3.1.2)

d. sem prejuízo do que vier a ser decidido no âmbito do Processo nº 8608/2016, adote as medidas necessárias no sentido de equacionar os pagamentos realizados aos servidores que acumulam cargos públicos, inclusive proventos de aposentadoria, com especial atenção ao de matrícula nº 21391, de modo a dar fiel observância ao decidido pelo TCDF nas Decisões Administrativas nºs 4/2015 e 17/2015, bem como nas Decisões nºs 3.034/2014, 5.732/2014 e 5.943/2015, sem olvidar dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa; (vide item 2.3.1.3)

e. proceda a imediata revisão das RAIS enviadas ao Ministério do Trabalho e Previdência nos últimos cinco anos procedendo, se for o caso, às retificações devidas; (vide item 2.3.1.4)

f. aperfeiçoe os controles internos afetos aos procedimentos a seguir identificados, posto que as falhas identificadas nos itens 2.2.1.1, 2.3.1.3 e 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria denotam tratem-se de problemas de natureza sistêmica:

i. a atualização financeira dos proventos e estipêndios sujeitos às regras de atualização pelo RPGS e dos estipêndios atualizados pela paridade, bem como reveja a situação atual dos servidores inativos e pensionistas sujeitos às regras em tela;

ii. inobservância do teto remuneratório, decorrente da acumulação de remuneração/proventos de mais de um vínculo público;

iii. elaboração da RAIS.

IV. autorize, à vista do art. 57, II da LOTCDF, a audiência dos servidores abaixo identificados, ante a possibilidade de aplicação de multa por concorrerem, por ação ou omissão, na prática de ato com grave infração à norma legal, a teor do noticiado no item 2.3.1.1 do presente Relatório:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- a. *Roberto de Almeida, signatário do Parecer nº 21/2014-SLP/DCPP/DRH;*
- b. *Patrícia V.C. Pereira Zart, signatária do Parecer nº 84/2014-PG;*
- c. *Sérgio Luiz da Silva Nogueira, na condição de anuente ao Parecer nº 84/2014-PG;*
- d. *na condição de membro do Gabinete da Mesa Diretora de 2014, e signatários da deliberação contida no item 4 da Ata da 8ª Reunião do referido Gabinete – DCL nº 56, pg. 5:*
 - i. *George Alexander Contarato Bruns;*
 - ii. *Jane Mary Marrocos Malaquias;*
 - iii. *Arlécio Alexandre Gazal;*
 - iv. *Renan Berssoni Paz;*
 - v. *Alexandre Braga Cerqueira.*
- V. *considerar as irregularidades apontadas no achado tratado no item 2.3.1.1 como resultante de prática de ato de gestão ilegal para os fins indicados no art. 17, III, 'b', da LOTCDF, devendo ser consideradas quando do julgamento das contas da Casa legislativa alusivas aos exercícios de 2015 e 2016. (item 2.3.1.1)*
- VI. *dar conhecimento ao Chefe do Poder Executivo, bem como à Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, dos fatos noticiados no item 2.3.1.2 deste Relatório; (item 2.3.1.2)."*

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VOTO

Nesta etapa processual, entendo que o encaminhamento a ser dado à matéria deve ser o de encaminhar cópia do Relatório de Auditoria n.º 8/2016 (e-DOC 4673BA6B-e – peça 34) à jurisdicionada, para conhecimento e manifestação. Isso porque a Lei Complementar n.º 01/1994 estabelece, com relação à fiscalização de atos e contratos, entre outras medidas, o seguinte:

“Art. 41. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, competindo-lhe, para tanto, em especial:

(...)

§ 2º O Tribunal comunicará às autoridades competentes o resultado das inspeções e auditorias que realizar, para as medidas saneadoras das impropriedades e faltas identificadas.”
(grifos acrescidos)

Lembro, ainda, que o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/1994 foi regulamentado no âmbito desta Corte de Contas por meio da **Resolução TCDF n.º 271/2014**, que normatiza a aplicação do aludido dispositivo legal e estabelece os procedimentos relativos à análise e deliberação nos processos de auditoria e de inspeção.

O art. 1º da Resolução n.º 271/2014 estabelece que a “**comunicação a que se refere o art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 01/94 destina-se exclusivamente ao órgão ou à entidade fiscalizada e será precedida de concessão de prazo ao Gestor para apresentação de considerações circunstanciadas sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias contidas em Relatório Prévio de auditoria ou de inspeção**”.

Nesse sentido, considerando que o Relatório de Auditoria está sendo conhecido pelo Plenário neste momento, deve ser adotado o procedimento previsto no art. 41, § 2º, da LC n.º 01/1994 c/c o art. 1º da Resolução n.º 271/2014.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento do Relatório de Auditoria n.º 8/2016 (e-DOC 4673BA6B-e – peça 34);
- II. encaminhe à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, com fulcro no art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c art. 1º, § 1º, da Resolução n.º 271/2014, cópia do Relatório de Auditoria n.º 8/2016 (e-DOC 4673BA6B-e – peça 34), para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca dos achados, critérios, evidências, causa, efeitos, propostas de correção e melhorias e dos benefícios esperados, fazendo constar, em caso de discordância, seus argumentos e eventual documentação comprobatória;
- III. alerte à jurisdicionada que:
 - a) o mérito do Relatório de Auditoria n.º 8/2016 ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal, que as propostas de correção ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

melhorias não possuem caráter cogente neste momento e que os esclarecimentos prestados serão considerados pela equipe instrutiva na avaliação da pertinência dos achados e proposições na elaboração da versão final do Relatório de Auditoria;

- b) o prazo fixado para a manifestação é improrrogável, conforme o art. 1º, § 2º, da Resolução n.º 271/2014, e que a não apresentação das considerações neste prazo enseja a perda da oportunidade de se manifestar previamente à deliberação plenária;
- IV. autorize a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF, para as devidas providências.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2017.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator